

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

DÉBORA GISELE CHAGAS SILVA
JAMILE PAIXÃO DOS SANTOS
YASMIM DE ANDRADE SILVA

**A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO FERRAMENTA
DE DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO DE
CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN**

RECIFE/2022

DÉBORA GISELE CHAGAS SILVA
JAMILE PAIXÃO DOS SANTOS
YASMIM DE ANDRADE SILVA

**A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO FERRAMENTA DE
DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO DE CRIANÇAS
COM SÍNDROME DE DOWN**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para a conclusão da disciplina de TCC II do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA.

Professora Orientadora: Ariedja de Carvalho

RECIFE/2022

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 1745.

S586e Silva, Débora Gisele Chagas
A educação infantil como ferramenta de desenvolvimento pedagógico
de crianças com Síndrome de Down / Débora Gisele Chagas Silva, Jamile
Paixão dos Santos, Yasmim de Andrade Silva. Recife: O Autor, 2022.

21 p.

Orientador(a): Ariedja de Carvalho Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário
Brasileiro – UNIBRA. Licenciatura em Pedagogia, 2022.

Inclui Referências.

1. Síndrome de Down. 2. Aprendizagem. 3. Educação infantil. 4.
Inclusão. 5. Desenvolvimento infantil. I. Santos, Jamile Paixão dos. II.
Silva, Yasmim de Andrade. III. Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA.
IV. Título.

CDU: 37.01

Dedicamos este trabalho a todos os que nos ajudaram ao longo da nossa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, queremos agradecer a Deus, fez com que nossos objetivos fossem alcançados e por nos ter ajudado nesses longos períodos, onde muitas vezes pensamos em desistir, mas com sua infinita graça conseguimos concluir.

Aos nossos pais e familiares, que nos incentivaram nos momentos difíceis, por todo o apoio e pela ajuda, que muito contribuíram para a realização deste trabalho e por estar ao nosso lado e acreditar em nossa capacidade.

A meu esposo Lucas de Souza Silva pelos momentos de companheirismo, que me animou e incentivou nos momentos mais difíceis, foi de suma importância para que conseguisse concluir esse trabalho.

A minha avó Nair e minhas tias Márcia, Josefa e M^a Auxiliadora pelas orações e por acreditar no meu potencial.

A meu primo Alexandro Marques, que me impulsionou a cursar Pedagogia, sou grata por me impulsionar a chegar tão longe.

A meus irmãos Dayvson Moraes e Deivid Marques, que me encorajam a conquistar meus objetivos, obrigada por estar ao meu lado sempre.

Queremos agradecer a todas as pessoas que contribuíram, de alguma forma, para a realização e desenvolvimento do nosso trabalho, enriquecendo o nosso processo de aprendizado.

*“Ninguém caminha sem aprender a caminhar,
sem aprender a fazer o caminho caminhando,
refazendo e retocando o sonho pelo qual se
pôs a caminhar.”*

(Paulo Freire)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO	09
3 REFERENCIAL TEÓRICO	09
3.1 Concepções legais sobre a educação inclusiva.....	10
3.2 Breve histórico e conceitos sobre a Síndrome de Down	13
3.3 O desenvolvimento cognitivo da criança com Down	14
3.4 Dificuldades de aprendizagem da criança com Síndrome de Down	15
3.5 O processo de ensino e aprendizagem: possibilidades e desafios	16
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	20

A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO FERRAMENTA DE DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

Débora Gisele Chagas da Silva

Jamile Paixão dos Santos

Yasmim de Andrade Silva

Orientadora: Ariedja de Carvalho ¹

Resumo: Este referido trabalho tem como propósito explicar a educação infantil como uma ferramenta de desenvolvimento pedagógico de crianças com Síndrome de Down (SD). De cunho qualitativo, a pesquisa relata o contexto histórico, os principais conceitos, as características da Síndrome de Down, as dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, as concepções legais sobre a educação inclusiva e o desenvolvimento cognitivo da criança com SD. Esta pesquisa, tenciona demonstrar como a educação infantil é uma ferramenta muito importante para o desenvolvimento pedagógico para todos os estudantes típicos e atípicos, no ensino regular.

Palavras-chave: Síndrome de Down. Aprendizagem. Educação infantil. Inclusão. Desenvolvimento infantil.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil tem como uma condição da amplitude do crescimento pleno da criança, conduzindo transformações através de estímulos com atividades lúdicas, jogos, entre outros, para desenvolver todas as áreas como, a social, o cognitivo, o afetivo e a motora e despertar o processo de alfabetização.

Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) no Art. 29,

a educação infantil, na primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

¹ Professora da UNIBRA. Mestre em Educação Matemática e Tecnológica – UFPE. E-mail: ariedja.carvalho@grupounibra.com

A Educação Infantil é umas das fases importantes do aluno, pois é onde a criança vai ampliar sua forma de conviver com outras crianças, aprender a trabalhar em grupos, criar e buscar soluções para os problemas. Para Andrade (2018, p. 19) A educação infantil,

é um campo de conhecimentos, um espaço de convivência de como desenvolver e atender aos direitos das crianças, em um sentido amplo que envolve toda forma de educação, família, comunidade na sociedade.

A infância é a fase fundamental para o crescimento de todas as crianças. Para as crianças com Síndrome de Down é a melhor etapa para uma adaptação e uma aquisição dos seus conhecimentos e habilidades.

A escolha do tema partiu no intuito de buscar respostas, pautando-se no seguinte questionamento: Quais os desafios e possibilidades encontrados no processo de aprendizagem do aluno com Síndrome de Down?

A presente pesquisa tem como justificativa destacar os aspectos positivos que a educação infantil exerce no desenvolvimento da criança com Síndrome de Down. Assim, teve seu problema ligado à seguinte questão: Para a criança com Síndrome de Down, quais ferramentas podem ser facilitadores na educação infantil, e que papel essa fase da educação representa na aprendizagem dessas crianças?

A partir desses questionamentos, temos o intuito de identificar e ressaltar o processo educacional e discutir os facilitadores de aprendizagem da criança com Síndrome de Down e explanar a educação infantil como uma ferramenta de desenvolvimento pedagógico de crianças com essa deficiência;

O artigo foi desenvolvido com a seguinte estrutura: delineamento metodológico, que trata dos procedimentos de desenvolvimento da pesquisa; Referencial teórico, onde são apresentados teóricos e textos que fundamentam as hipóteses levantadas; Resultados e discussões, que trata dos resultados obtidos com base na pesquisa realizada e das discussões que surgiram a partir desta; Considerações finais, parte final do texto em que são apresentadas as conclusões acerca do artigo; E referências, que constituem uma lista dos documentos efetivamente citados direto ou indiretamente no texto.

2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Este trabalho de Conclusão de Curso se caracteriza como qualitativa com base em uma revisão bibliográfica e documental, abordando sobre a educação inclusiva da criança com Síndrome de Down em sala de aula, realizado através de artigos e livros disponibilizados no site Google Acadêmico e acervo da biblioteca de nossa instituição.

Conforme Marconi e Lakatos (2017, p. 33) explica, “é um tipo específico de produção científica: é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos”.

A Síndrome de Down é de origem genética e está associada com a deficiência intelectual, onde apresenta mais dificuldades para alfabetização.

Segundo Cavalcante (2018, p. 13 e 14) a Síndrome de Down é classificada como

deficiência intelectual em: Retardo Leve, Moderado, Grave e Profundo [...] não é uma condição estática, nem um traço pessoal, por isso não pode ser vista somente pelos impedimentos. Têm dificuldade de construir conhecimentos como os demais estudantes e de demonstrar sua capacidade cognitiva.

A forma de aprendizagem para a criança com Síndrome de Down é através da interação e atividades lúdicas, que tenham pareamento e assim ter a construção do relacionamento e conhecimento com essa criança.

Nessa perspectiva, esperamos que esse trabalho auxilie ampliando os conhecimentos na área da pedagogia e convenha também de referência para outros acadêmicos que buscam estudar e se aprofundar nesse tema.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico consta um breve histórico sobre as leis que fundamentam o aparato legal da inclusão da criança com deficiência inserida em sala de aula de ensino regular; os conceitos do que é Síndrome de Down; o desenvolvimento cognitivo

dessa criança, as dificuldades enfrentadas e as possibilidades que facilitam a sua aprendizagem.

3.1 Concepções legais sobre a educação inclusiva

No Brasil, a educação assumiu o desafio de prestar atendimento educacional as crianças com deficiência, de acordo com o princípio da equidade, o que significa dar uma resposta diferenciada às necessidades de cada criança, para que alcancem o melhor desempenho de acordo com suas habilidades e capacidades. (BRASIL, 1996).

A Declaração de Salamanca é um documento considerado inovador por ter proporcionado uma oportunidade única para a educação especial dentro da condição da educação para todos, trazendo uma garantia da inclusão das crianças com deficiência.

De acordo com a Declaração de Salamanca (2001, p. 1):

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Diante disso, todos os estudantes têm direitos iguais, independente das peculiaridades. A Declaração de Salamanca afirma que a escola deve oferecer os serviços adequados para atender à diversidade da população.

A criança que possui qualquer tipo de deficiência tem seu direito garantido à Educação Regular. O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 define que a

educação é direito de todos e dever do Estado e da família, porém, foram necessárias outras leis para reafirmar o direito à educação da pessoa com deficiência.

A Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu Capítulo V, trata exclusivamente da Educação Especial, definindo, entre outras coisas, os serviços que o sistema de ensino deve oferecer aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, alguns deles são: professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Analisando a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pode-se imaginar que não seria necessário nenhum complemento e apoio da Legislação Brasileira, porém, a luta pelo direito à educação, principalmente da Educação Especial, parece estar longe de acabar, podemos citar como exemplo a estrutura das escolas pública, que nem sempre oferecem acessibilidade para os alunos com deficiência física.

É importante lembrar que a Instituição de Ensino deve fornecer, além do ingresso, recursos pedagógicos e acessibilidade que possibilitem a permanência do aluno na instituição.

O artigo 27 da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) assegura que “ A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020) estabelece a nova função da Educação especial como modalidade de ensino que perpassa todos os segmentos da escolarização (da Educação Infantil ao ensino superior); realiza o Atendimento

Educacional Especializado (AEE); disponibiliza os serviços e recursos próprios do AEE e orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular.

Vemos o PNE como um conjunto das metas que ainda não foram alcançadas e a reafirmação dos direitos já existentes que precisam ser garantidos pelas escolas no Brasil, e como um “sonho” a ser conquistado na luta pela garantia à educação de Pessoas com Deficiência em nosso país.

Trata-se de aplicar a inclusão, ou seja, oferecer as mesmas oportunidades de participação que as outras crianças da comunidade, também os mesmos direitos e obrigações. A inclusão é um conjunto de processos e ações que visam eliminar ou minimizar as barreiras que dificultam a aprendizagem e a participação. O pedagogo ou educador devem aplicar este conceito na sala de aula e na escola.

Segundo Andrade (2018) a sala de aula é um espaço de comunicação, relacionamento e troca de experiências entre as crianças e educadores, em que todos os participantes beneficiam da diversidade de ideias, gostos, interesses, capacidades e necessidades de todos, bem como da variedade de aprendizagens experiências utilizadas para promover a autonomia e promover a criação de relações afetivas que favoreçam um ambiente de trabalho estimulante.

A gestão de novas técnicas e procedimentos de ensino, o uso variado de materiais, a organização de diferentes dinâmicas de trabalho, a escolha dos espaços de aprendizagem e a adequação do programa de trabalho contribuem para o enriquecimento do grupo escolar, incluindo a ida à criança com deficiência. Os apoios são recursos e estratégias organizadas para influenciar o desenvolvimento, a educação, os interesses e o bem-estar pessoal, que melhoram o funcionamento de cada pessoa nos contextos familiar, educacional e social.

Englobam atividades que respondem à diversidade das crianças e podem provir de diferentes disciplinas e áreas de reabilitação. (BRASIL, 1996). O conceito de apoio está relacionado à distância entre os problemas que uma pessoa resolve de forma independente e aqueles que devem ser resolvidos com ajuda. Assim, o apoio poderá ocorrer por meio de recursos e estratégias facilitados pelas pessoas em seu próprio ambiente e que possibilitam resultados pessoais e desempenho desejado ou serviços prestados por instituições de saúde, educação, reabilitação ou desenvolvimento social e organizações não governamentais.

3.2 Breve histórico e conceitos sobre a Síndrome de Down

De acordo com Pereira *et al* (2016) a Síndrome de Down deve seu nome ao sobrenome do médico britânico John Langdon Haydon Down, que foi o primeiro a descrever em 1866 as características clínicas que um grupo específico de pessoas tinham em comum, sem ser capaz de determinar sua causa.

No entanto, foi em julho de 1958, quando o geneticista francês Jérôme Lejeune descobriu que a síndrome consiste em uma alteração cromossômica do 21^o par. A Síndrome de Down é a mais comum e mais conhecida das síndromes poli malformativas, também chamadas de mongolismo (forma grosseira como foi determinada nos primeiros casos da história).

Portanto, a trissomia 21 acabou sendo a primeira alteração cromossômica encontrada no homem. A trissomia 21 é causada em 97% dos casos, por uma triplicação (completa ou parcial) do cromossomo 21 (dando origem a uma fórmula cromossômica 47 em vez de 46, o que é normal).

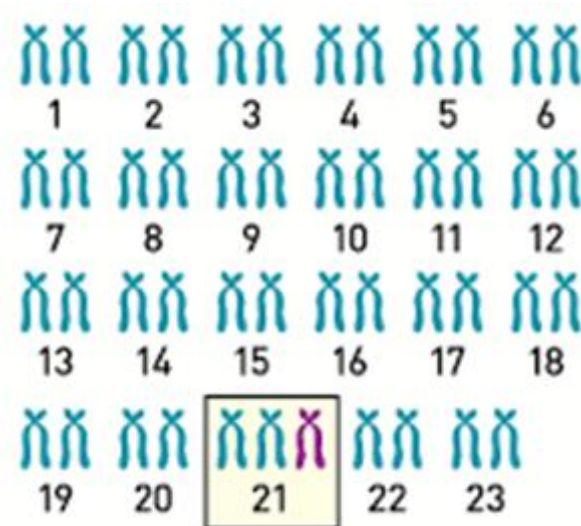
É a trissomia 21 padrão. Existem outras causas, como a translocação do braço longo ou um fragmento do braço longo do cromossomo 21 para outro cromossomo 20 (cerca de 1% dos casos). Ou mosaïcismo (cerca de 2% dos casos) em que apenas uma porcentagem das células do corpo possui três cromossomos 21. Dependendo de onde ocorre a triplicação, a porcentagem de células afetadas varia (PEREIRA *et al*, 2016).

A síndrome de Down, mais especificamente a trissomia 21, é frequentemente considerada a condição genética mais comum que resulta em um grau significativo de deficiência cognitiva. Como expõe Pereira *et al* (2016) não é inteiramente correto, embora seja a causa cromossômica que determina uma notória deficiência cognitiva. Mas não é a mais frequente em valores absolutos, pois existem outras síndromes com maior incidência, como a síndrome do X frágil.

É uma alteração genética produzida pela presença de um cromossomo extra (ou parte dele) no par cromossômico 21, de tal forma que as células dessas pessoas

possuem 47 cromossomos com três cromossomos no referido par (daí o nome de trissomia 21), quando o normal é que sejam apenas dois.

IMAGEM 1 – Modelo do cromossomo 21



FONTE: [https:// www.google.com/](https://www.google.com/)

Este erro congênito ocorre de forma natural e espontânea, sem que haja uma justificção aparente para a sua prevenção. Com o termo síndrome de Down é preciso sublinhar que as pessoas afetadas apresentam um conjunto de sintomas diversos: cognitivos (baixo nível intelectual), fisionômico (olhos amendoados, nariz pequeno, orelhas com formato anormal) e médico (como doenças cardíacas), entre outros. (DIAS; BRAVO, 2012).

3.3 O desenvolvimento cognitivo da criança com Down

Quanto à inteligência, toda a literatura revisada associa Síndrome de Down com deficiência intelectual e não mental a diferentes graus. (PEREIRA *et al*, 2016). Crianças com Síndrome de Down têm nível intelectual na faixa de deficiência leve ou moderada, em geral; eles literalmente entendem o que estão sendo ditos é difícil para eles generalizar o que aprendem; eles precisam de mais tempo para responder, e eventualmente acham difícil atender várias instruções dadas em ordem sequencial.

Durante a infância, no primeiro ano já pode ver uma persistência de atenção às pessoas que pode indicar maior sociabilidade, mas também pode indicar uma menor capacidade de mudar sua atenção de forma eficiente para pessoas, objetos e

ambiente, o que tem muito a ver com o que foi indicado acima. À medida que a criança cresce, sua capacidade de imitar os outros é impressionante, um ponto forte em seu desenvolvimento comportamental, o que as torna às vezes mais orientadas socialmente do que outras crianças sem Síndrome de Down.

No entanto, esse grau de imitação sofre uma série de vieses, como a capacidade de imitação vocal dessas crianças durante os primeiros 3 anos, que se desenvolve muito mais lentamente: tais vieses podem ser devido a uma predisposição para atender aos aspectos sociais do mundo, e não aos não sociais. (DIAS; BRAVO, 2012). Por outro lado, durante esta etapa, também há evidências de que crianças com Síndrome de Down podem ter dificuldades em reconhecer emoções, bem como no uso dessas informações para orientar seu próprio comportamento, além da capacidade de manter a atenção compartilhada e solicitar gestos não verbais.

3.4 Dificuldades de aprendizagem da criança com Síndrome de Down

A inteligência é um processo amplo que engloba muitas funções mentais que tornam a pessoa capaz de se adaptar a diversas situações. (PEREIRA *et al*, 2016). Para uma melhor compreensão da criança com deficiência intelectual, a inteligência será definida como a capacidade de uma pessoa se adaptar com sucesso a determinadas situações. Seus componentes são os mesmos para todas as crianças: análise, generalização, síntese, antecipação, planejamento, identificação de problemas, como resolvê-los e pensamento abstrato; no entanto, nem todos conseguem reconhecer a existência de problemas, fazer inferências, selecionar novas informações, discriminar e aplicar essas informações fazendo coisas semelhantes.

A inteligência das crianças com Síndrome de Down apresenta diferenças significativas nesses componentes. Todos têm atos inteligentes, ou seja, todos pensam, mas nem sempre têm as ferramentas para resolver problemas e dar respostas adequadas, que garantam sua adaptação bem-sucedida a uma nova situação ou a um novo aprendizado; portanto, o comportamento adaptativo se manifesta com limitações significativas para a função nas atividades da vida diária.

O comportamento adaptativo é o conjunto de habilidades conceituais e sociais, e as práticas que as pessoas aprendem para funcionar na família, escola e comunidade, isto é, na vida. (DIAS; BRAVO, 2012). O pensamento é um processo

cognitivo que está relacionado com a aquisição de conhecimento e a formação de conceitos na mente. Percepção, memória e atenção fazem parte disso.

As crianças com Síndrome de Down apresentam limitações no processo cognitivo: distraem-se facilmente e apresentam curtos períodos de atenção, pois a atenção requer concentração e retenção. A memória tem como funções, primeiramente, o registro de experiências, e posteriormente sua evocação; e limitações na lembrança das informações registradas.

Ao lidar com casos síndrome de Down, é necessário levar em consideração que não se trata de casos clínicos, mas de crianças que pertencem a uma família na qual irão se desenvolver. (PEREIRA *et al*, 2016). Assim, trabalha simultaneamente com os pais e atende às necessidades urgentes dessa criança e de sua família, deve partir de uma aprendizagem familiar em que todos os sentimentos, dúvidas, expectativas, fracassos e conquistas tenham lugar; em que a energia é direcionada para o crescimento familiar, elevando sua qualidade de vida.

3.5 O processo de ensino e aprendizagem: possibilidades e desafios

Como educador, deve incentivar uma atitude e aplicar um programa de intervenção precoce no ambiente familiar. As estratégias destinam-se a apoiá-lo na orientação de alunos com Síndrome de Down. (PEREIRA *et al*, 2016). Levando em consideração algumas legislações educativas vigentes no Brasil, gestões são dadas para que o aluno participe com seus colegas das atividades de aprendizagem e sobre o material que poderá utilizar.

No entanto, é preciso levar em consideração que a velocidade de progresso em leitura, escrita e matemática varia significativamente entre o aluno com Síndrome de Down e o restante de seus colegas, e que haverá momentos em que será necessário trabalhar apenas com ele para dar instruções claras, certificando-se de que eles entendam executando algumas tarefas, facilite o manuseio de materiais e, em seguida, incorpore-os ao trabalho com seus colegas.

A participação do aluno com Síndrome de Down no grupo irá ajudá-lo na sua aprendizagem e no desenvolvimento das competências comunicativas, conceituais e sócio adaptativas. (DIAS; BRAVO, 2012). É possível elaborar atividades de frase para chegar à sílaba e depois formar novas palavras e frases, com o objetivo de analisar as diferentes frases formuladas pelo aluno.

Dessa forma, o professor poderá incorporar mais letras para o aluno aprender, sempre partindo de um todo com significado, ou seja, de um enunciado ou de uma frase. A interação do aluno com Síndrome de Down e do restante da equipe é um ponto forte para que ele domine o processo de análise e síntese, base para compreender o significado das palavras, frases e frases curtas.

A linguagem, por sua vez, facilita a expressão oral ou escrita. As expressões “não te entendo”, “fale devagar”, “diga-me de outra forma” exemplificam o desejo do ouvinte de compreender a mensagem e se adaptar aos sinais do locutor. Isso acontecerá com o aluno que vivencia a deficiência: pode ser difícil para ele se expressar oralmente, por meio da fala articulada, e ele se comunicará com sinais, mímica, palavras incompletas ou sons guturais. (PEREIRA *et al*, 2016).

A comunicação está intimamente relacionada com as características do pensamento e do desenvolvimento cognitivo. Daí a importância de promover habilidades por meio do brincar, da psicomotricidade e da expressão do afeto. Por isso, sempre se considera que o desenvolvimento linguístico é estimulado em cada um dos momentos e aspectos de um programa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão escolar é um tema que cada dia está mais presente nas discussões acadêmicas, principalmente quando o público-alvo é o aluno das séries iniciais, porém alguns educadores têm a dificuldade inclusiva, limitando a aprendizagem deste docente. No contexto escolar,

existe uma longa tradição em torno do que seja inteligência, associando-a às inteligências linguística e lógico matemática. Atrelado a essa lógica, há a concepção de que os estudantes com deficiência intelectual são desprovidos de inteligência e que, por consequência, não podem aprender. Nega-se, assim, o direito e o acesso à leitura e à escrita, com certeza de que o estudante com deficiência intelectual não pode ser alfabetizado. (FERREIRA; FERREIRA; OLIVEIRA, 2010 *apud* CAVALCANTE, 2018, p.12)

É importante que a criança com Síndrome de Down não se sinta excluído em sala de aula, para isso as atividades ao qual o professor realize seja sempre incluindo-a, desse modo se sentirá acolhida por todos e irá ampliar seus aspectos cognitivos, físicos e emocionais tanto na escola, como na sociedade.

De acordo com Oliveira (2019, p.88) o que o professor deve fazer é,

se preparar da melhor forma possível para saber trabalhar com essa criança que apresenta alguma deficiência e trabalhar junto com os demais, mostrando a diversidade, o respeito e a solidariedade que devemos ter com pessoas que apresentam algum tipo de dificuldade intelectual.

Entende-se que para o aluno com deficiência seja incluído na sociedade e tenha uma aprendizagem igualitária, é necessário o apoio da família para ingressá-lo na escola, se tornando primordial junto à escola nessa luta para que a criança com deficiência tenha seu direito garantido.

Para Cavalcante (2018, p. 13) não considerar as possibilidades de

desenvolvimento e peculiaridades da pessoa com deficiência intelectual, não se permite que as crianças recebam adequadamente a estimulação precoce, tão essencial a qualquer ser humano, o que leva a um atraso, ainda maior, no processo de constituição da pessoa como sujeito social.

A escola é muito importante, porém o professor tem um papel fundamental na aprendizagem da criança com Síndrome de Down, para que ela seja produtiva e eficiente.

Compreendemos os desafios diários do educador para que esta criança com Síndrome de Down seja incluída em turmas regulares, fazendo as adequações necessárias nas atividades e sempre observando a mediação desta com os demais alunos, de modo que sua aprendizagem, apesar da sua dificuldade cognitiva, seja mais leve.

Cavalcante (2018, p.15) afirma que para concretizar a inclusão escolar é

permitir que os estudantes estejam nas salas de aulas regulares, participando de fato da proposta pedagógica com seus pares de idade e respeitando as peculiaridades de cada um. Para tal, faz-se necessário conhecer as especificidades de cada deficiência, conhecer as potencialidades do seu estudante, planejar e realizar as adaptações de materiais didáticos necessários na flexibilização curricular.

Sendo assim, buscaremos encontrar o processo inclusivo que traz adaptações ao estudante e fortalecendo cada vez mais o ensino-aprendizagem do estudante na sala de ensino regular.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas feitas para o desenvolvimento deste presente trabalho, reforçam ainda mais a importância da educação inclusiva para a sociedade, além do que, é de suma importância para a formação universitária do discente de Pedagogia.

Foi possível observar que, a trajetória até a atualidade da educação para pessoas com deficiência foi de grande luta para obter seu espaço na sociedade.

Ao longo de toda sua história, profissionais da área de educação vem trabalhando para melhorar a qualidade da educação no Brasil e pressionando aqueles que têm poder para modificar as leis. Percebemos também que ainda há uma longa jornada de melhoria da nossa educação, principalmente para as pessoas com deficiência.

A questão central desta pesquisa foi conhecer como a criança com Síndrome de Down constrói sua aprendizagem, apesar de suas limitações, e como a educação é fundamental para melhorar a autonomia na sua vida, contribuindo para a sua autoconfiança e o papel fundamental dos pais nos primeiros anos de vida, onde a criança está sendo moldada até o seu ingresso na escola.

Apesar de toda dificuldade na construção do artigo, a realização do mesmo, nos tornará docentes mais preocupados com a melhoria do ensino, fazendo-nos preocupar não só com a visão micro, mas também com a visão macro da educação inclusiva, para que de fato isso ocorra em sala de aula.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luzia Rodrigues de. **A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: um estudo de caso em uma creche pública**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14099/1/LRA07022019.pdf>.

Acesso em: 02 nov 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base de 1996**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 set 2022.

CAVALCANTE, Tícia Cassiany Ferro. Reflexões sobre a Alfabetização do Estudante com Deficiência Intelectual. *In*: LIMA, Rafaella Asfora; CAVALCANTE, Tícia Cassiany Ferro; SOUZA, Wilma Pastor de Andrade (org.). **Práticas pedagógicas em educação inclusiva: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS**. Recife: Editora UFPE, 2018. p. 12-23.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 15 out 2022.

DIAS, Livia Vares da Silveira; BRAVO, Dirlan de Oliveira Machado. Síndromes: Planejando Ações Pedagógicas Inclusivas. *In*: DRAGO, Rogério (org.). **Síndromes - conhecer, planejar e incluir**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012. p. 177-190.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

OLIVEIRA, Aldair Calcanho de. Inclusão de alunos com deficiência intelectual. **Revista Educar FCE**, Barueri, v.18, p. 86-97, Março 2019. Disponível em: <https://www.fce.edu.br/pdf/ED18-FINAL-03.pdf>. Acesso: 02 nov 2022.

PEREIRA, Dalva Cristina Mendonça; SANTOS, Daniela de Araújo Menezes, MENEZES, Graziela de Araújo, GÓIS, Tânia Maria Bispo de. Escola e Síndrome de Down: Práticas Que Promovem Aprendizagem e Inclusão. **FSLF**, Sergipe, p. 1-10, 2016. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc11.pdf>. Acesso: 10 out 2022.